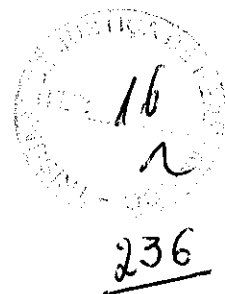




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins



EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0116105-9/02 – Comarca – Recife
EMBARGANTE: Banco SUDAMERIS BRASIL S/A
EMBARGADA: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Professores da
Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Antonio Fernando de Araújo Martins
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL (26/04/07)

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO PROFERIDO NOS EMBARGOS ANTERIORMENTE NO VALOR DE R\$10.000,00 (DEZ MIL REAIS) OBRIGAÇÃO A SER SUPOSTADA PELA COOPERATIVA EMBARGADA E NÃO A CARGO DO PRETENSO BANCO EXEQUENTE - RECURSO PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

-Constatado equívoco por ocasião do julgamento dos embargos declaratórios nº 0116105-9/01 também opostos pelo Banco embargante. Assentado no voto às fls. 34/35 dos autos, o provimento parcial dos aclaratórios com a condenação da parte embargada na verba honorária sucumbencial fixada em R\$10.000,00 (dez mil reais).

-A referida parte embargada, é a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo, a quem cabe a condenação da mencionada verba honorária sucumbencial, todavia, no julgamento ficou erroneamente entendido e expresso, inclusive nas notas taquigráficas às fls. 36/37, que a dita verba ficaria ao encargo do banco.

-Presença de erro material. Embargos Declaratórios acolhidos à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Nº 0116105-9/02, da Comarca do Recife, em que é embargante Banco SUDAMERIS S/A e embargada Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos

Professores da Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco -
Educativa;

Acordam os Desembargadores que compõem a Terceira Câmara
Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, unanimemente, em dar provimento ao
recurso, no sentido de corrigir erro material no acórdão proferido nos embargos
anteriormente no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), obrigação a ser suportada pela
Cooperativa embargada, de acordo com os votos, em conformidade com inclusas notas
taquigráficas que ficam fazendo parte do presente julgado.

Recife, 11 de maio de 2007.

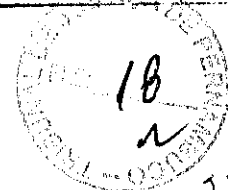

Des. Macedo Malta
Presidente


Des. Fernando Martins
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

SEM EFEITO



238

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0116105-9/02

EMBARGANTE: BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A

EMBARGADO: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO
MÚTUO DOS PROFESSORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
E ESPORTES DO ESTADO DE PERNAMBUCO - EDUCATI-
VA

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Terceira Câmara Cível

Relatório:

Trata-se de Embargos de Declaração contra acórdão desta Terceira Câmara Cível, através do qual, à unanimidade de votos, deu-se provimento parcial aos Embargos de declaração nº 0116105-9/01, para fixar verba honorária em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a cargo do embargado.

Aduz o banco embargante que se evidenciaria uma flagrante contradição no teor do v. acórdão proferido, posto que estaria equivocadamente assentado que: "*Unanimemente, deu-se provimento parcial ao recurso, para fixar a verba honorária em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a cargo do pre-*
tenso Banco Exeqüente" (grifei), quando deveria haver constado a expressão "*a cargo da pretensa parte exeqüente*", isto em referência à Cooperativa Educativa, na condição de parte sucumbente na ação interposta no primeiro grau, ação de Execução de "astreintes".

Requer, portanto, sejam providos os presentes Embargos Declaratórios, manejados com o fito de esclarecer a situação contraditória apontada.

É o relatório.

Recife 26 de 07 de 2007.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

SEM EFEITO

19
239

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0116105-9/02
EMBARGANTE: BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A
EMBARGADO: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO
MÚTUO DOS PROFESSORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO ESTADO DE PERNAMBUCO - EDUCATIVA
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
Terceira Câmara Cível

VOTO:

Cuida-se de Embargos de Declaração contra acórdão desta **Terceira Câmara Cível**, através do qual, à unanimidade de votos, deu-se provimento parcial aos Embargos de declaração nº 0116105-9/01, para fixar verba honorária em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a cargo da parte embargada.

De fato, no presente caso, verifica-se que houve um notório equívoco quando do julgamento dos embargos declaratórios nº 0116105-9/01, também opostos pelo banco ora embargante. No voto de fls. 34/35 dos referidos autos está assentado, claramente, o provimento parcial dos aclaratórios para condenar a parte embargada na verba honorária sucumbencial, fixada em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), note-se que a referida parte embargada é a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo, contudo, no julgamento ficou erroneamente entendido e expresso nas notas taquigráficas de fls. 36/37 que a referida verba sucumbencial seria paga pelo banco.

Registre-se, ainda, que tal fato não haveria a menor razão de ser tendo em vista que os referidos embargos foram opostos pelo próprio banco justamente com o fito de requerer a fixação de verba honorária em face da Cooperativa Educativa, parte sucumbente na ação interposta no primeiro grau, ação de Execução de "astreintes", suprindo-se, assim, a omissão do acórdão, exarado nos autos do agravo de instrumento nº 0116105-9 (em apenso).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

SEN 17

20
240

Frise-se, ainda, que tal verba honorária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) não poderia ser fixada em ordem menor, levando-se em consideração que a cooperativa embargada pretendia executar "astreintes" no valor de R\$ 3.032.814,17 (três milhões, trinta e dois mil, oitocentos e quatorze reais e dezessete centavos), mesmo estando o título executivo judicial ainda pendente de apelo, com efeito suspensivo.

Por todo o exposto, acolho os presentes Embargos Declaratórios, para **corrigir erro material** constante do acórdão de fls. 31/32 dos embargos em apenso, a fim de que passe a constar a fixação da verba honorária no valor de 10.000,00 (dez mil reais) a cargo da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO**, parte embargada em ambos os aclaratórios.

É como voto.

Recife 26 de 04 de 2007.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR MACÊDO MALTA (PRESIDENTE)

Vossa Excelência nega provimento ao recurso.

DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS (RELATOR)

Na verdade eu dou provimento aos Embargos porque houve um erro material, uma vez que era para ter sido feita a inserção nos primeiros Embargos de que os R\$ 10.000,00 (dez mil reais) haveriam de ser pagos pela Cooperativa e não pelo Banco Sudameris e agora apenas eu venho a corrigir dizendo que: com efeito, a cooperativa de economia e crédito mútuo haverá de arcar, como de direito, com os honorários e a verba honorária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em face inclusive do valor da causa que eles deram na oportunidade, na execução das "astreintes", que foram de R\$ 3.032.814,17 (três milhões, trinta e dois mil, oitocentos e quatorze reais e dezessete centavos).

É como voto, Senhor Presidente.

DESEMBARGADOR MILTON NEVES

Esse erro material não poderia ser corrigido monocraticamente?

DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS (RELATOR)

Poderia até, eminente Desembargador Milton Neves, mas achei de bom alvitre, como a Câmara já tinha decidido se fosse o primeiro embargo, até que o faria. Mas a Câmara havia decidido de uma forma, eu achei de melhor alvitre trazer à Câmara para que esta, em revisitando a questão e ouvindo o relator, soubesse do erro material em que incidi de que haveria condenado o Banco Sudameris, quando esse já era o próprio Embargante na outra querela.

É como eu voto.

DESEMBARGADOR MILTON NEVES

Certo.

EM EMBITO

21

241

1
310



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA



DESEMBARGADOR MACÊDO MALTA (PRESIDENTE)

O Desembargador relator dá provimento ao recurso para fazer a correção das "astreintes" que é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS (RELATOR)

E que não seria pago pelo Banco Embargante, mas sim pelo Embargado.

DESEMBARGADOR MACÊDO MALTA (PRESIDENTE)

Colho votos.

DESEMBARGADOR MILTON NEVES

Eu acompanho o voto do eminente relator.

DESEMBARGADOR MACÊDO MALTA (PRESIDENTE)

Eu também tenho o mesmo entendimento.

DECISÃO

"UNANIMEMENTE, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NO SENTIDO DE CORRIGIR ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO PROFERIDO NOS EMBARGOS ANTERIORMENTE NO VALOR DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) OBRIGAÇÃO A SER SUPOSTADA PELA COOPERATIVA EMBARGADA."